



Informativo

de Normas Técnicas

Boletim Quinzenal - Nº 10

Rio de Janeiro-31 Janeiro/2011

Secretaria de Estado de Fazenda

Contadoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro

A **Contabilidade Pública** é o ramo da contabilidade que se dedica ao estudo do patrimônio dos entes públicos, entendidos como aqueles que são regidos pelo direito público interno. A contabilidade pública, também chamada de contabilidade governamental. O principal dispositivo legal é a **Lei Federal 4.320/64**, fortalecida pela **Lei Complementar 101/00** (Lei de Responsabilidade Fiscal). O conjunto que constitui a **contabilidade pública** é composto dos seguintes componentes, previstos na Lei 4.320/64: a) Sistema orçamentário b) Sistema financeiro c) Sistema de compensação d) Sistema Patrimonial. O artigo 105 da Lei 4.320/64, o **Balanço Patrimonial** demonstrará: I - O Ativo Financeiro, II - O Ativo Permanente, III - O Passivo Financeiro, IV - O Passivo Permanente, V - O saldo patrimonial, VI - As Contas de Compensação.

Leia o Título X e os Capítulos de I a IV da Lei Federal 4.320/64, do artigo 83 ao 106, incisos e parágrafos, da legislação que trata da Contabilidade e Balanços.

Normas e Rotinas Contábeis - SIAFEM/RJ

Encontra-se disponibilizado no sítio da Contadoria-Geral do Estado, rotinas implantadas de nºs CNRC/SUNOT/CGE nºs 001/2011, 002/2011 e 018/2010; Orientação por meio de uma Circular da SUNOT nº 03/2011, em relação aos procedimentos de Empenhamento e Modalidade de Licitação. ([Clique aqui para acessar](#))

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público
Resolução CFC Nº 1.137 de 25.11.2008

([clique aqui para saber](#))

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado

O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período. Sua elaboração deve levar em conta o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC intitulado Estrutura Conceitual Básica para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, e seus dados, em sua grande maioria, são obtidos principalmente a partir da Demonstração do Resultado. ([clique aqui para acessar o CPC](#))

Nuvens de Tags

Informação de Custos e Qualidade do Gasto Público

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Manual dos Demonstrativos Fiscais

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

Treinamentos e Eventos

Simpósio da Teoria da Contabilidade
([acesse aqui](#))



VIII Encontro da Mulher Contabilista
([acesse aqui](#))

